

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

quida dos impostos incidentes e demais deduções sobre a mesma. Esses impostos e deduções sobre as vendas são reconhecidos no mesmo momento em que as receitas.

(b) Venda de produtos, mercadorias e sucatas

O reconhecimento da receita da venda de produtos, mercadorias e sucatas ocorre, mais precisamente, quando:

- (i) o valor das vendas é mensurável de forma confiável;
- (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos, em respeito à transação, possam ser mensurados de maneira confiável;
- (iii) seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e,
- (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida *pro-rata die* pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3.2 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros da Companhia correspondem, basicamente, a empréstimos e recebíveis (caixa e equivalentes de caixa/aplicações financeiras e contas a receber).

(a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras de caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O valor da perda para redução ao valor recuperável é estabelecido quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá receber todos os valores de acordo com os termos originais de suas contas a receber. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

2.3.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros da Companhia correspondem basicamente a outros passivos financeiros, ou seja, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

(a) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

2.3.4 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.3.5 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.3.6 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 10, no exercício de 2010, a Administração revisou suas estimativas referentes ao desgaste do imobilizado e alterou as taxas de depreciação de alguns grupos de bens, em consonância com a vida útil.

No exercício corrente, a Administração entende que não houve mudanças significativas na vida útil dos bens, mantendo-se as taxas definidas no exercício de 2010.

2.3.7 Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota explicativa nº 11.

2.3.8 Ativo diferido

O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota explicativa nº 12. A manutenção do ativo diferido é permitida pelo CPC 13 – Adoção Inicial, tendo caráter de transição até a total amortização desses saldos.

2.3.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

No exercício de 2014, a Administração entende que não há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda.

2.3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Esses tributos são calculados com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.3.11 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.3.12 Benefícios a empregados

Um passivo de benefícios a empregados é registrado conforme remuneração negociada e demais obrigações legais, previstas na legislação, no período em que os serviços relacionados são prestados.

2.3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.3.14 Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 2014 e 2013, porque a Companhia não registrou outros eventos abrangentes que exigissem a sua elaboração.

2.3.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos da Companhia Refinadora da Amazônia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício. O valor é submetido à aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3 ESTIMATIVAS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, perdas de desvalorização de estoques, provisão para processos judiciais e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas contábeis com base nessas premissas, anualmente.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo seu valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Descrição	2014	2013
Caixa e bancos	25	133
Aplicações financeiras (a)	4.809	58.733
Total	4.834	58.866

(a) Os retornos dos investimentos em aplicações financeiras obtidos no ano de 2014 foram de aproximadamente 3,29% a.a.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2014	2013
Contas a receber nacional	34.995	39.140
Contas a receber internacional	32.978	28.833
Demais contas a receber	10	17
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(4.352)	(4.354)
Total	63.631	63.636

Em 31 de dezembro de 2014, a contas a receber tem a seguinte composição por idade de vencimento:

Descrição	2014	2013
A vencer	62.648	62.160
Vencidos até 30 dias	958	1.476
Vencidos de 31 a 60 dias	25	-
Vencidos acima de 150 dias	4.352	4.354
Total	67.983	67.990